

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL :UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 03/07/2023

Francineide Silva dos Santos

Graduanda em Pedagogia Pelo Centro
Universitário do Distrito Federal
(UNIPLAN)

Rayele Krilen Pinheiro de Araújo

Graduanda em Pedagogia Pelo Centro
Universitário do Distrito Federal
(UNIPLAN)

Jaciele Santos Diniz

Graduanda em Pedagogia Pelo Centro
Universitário do Distrito Federal
(UNIPLAN)

Ronaldos dos Santos Leonel

Professor efetivo da educação básica em
Altamira/Pará, Mestrando em Educação e
Ensino de Ciências na Amazônia (UEPA)
<http://lattes.cnpq.br/6105638621607429>

RESUMO: O presente trabalho abordou a importância da alfabetização e do letramento como etapas cruciais na formação educacional das crianças, pois são essas fases iniciais que elas são escritas ao mundo da leitura e da escrita. Foram discutidas diversas estratégias, desde o breve histórico do método de ensino da educação, o direito a primeira

infância, políticas públicas, qualidades e a diferença entre a alfabetização e letramento. O objetivo da pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica sobre alfabetização e letramentos nos anos iniciais do ensino fundamental e descrever de forma breve o histórico da educação infantil além de ponderar sobre a diferença entre alfabetização e letramento e analisar sobre a alfabetização e o letramento na sala de aula. Foi concluído que o envolvimento confiante com a leitura e a escrita é essencial para o sucesso acadêmico e deve ser enfatizado pelos educadores. Portanto, para capacitar os alunos a ler e escrever com proficiência, é essencial integrar a alfabetização no dia a dia escolar. Isso não apenas ajuda os alunos a compreenderem a linguagem escrita, mas também a utilizá-la de forma significativa, desenvolvendo habilidades críticas e analíticas.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e Letramento. Ensino inicial. Educação na primeira infância.

LITERACY AND LITERACY IN THE FIRST YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: The present work addressed the importance of literacy and literacy as crucial stages in children's educational development, as it is during these initial phases that they are introduced to the world of reading and writing. Various strategies were discussed, ranging from a brief history of educational teaching methods to early childhood rights, public policies, qualities, and the difference between literacy and literacy. The research objective was to conduct a literature review on literacy and literacy in the early years of elementary education and briefly describe the history of early childhood education, as well as ponder the difference between literacy and literacy and analyze literacy and literacy in the classroom. It was concluded that confident engagement with reading and writing is essential for academic success and should be emphasized by educators. Therefore, to empower students to read and write proficiently, it is essential to integrate literacy into everyday school life. This not only helps students understand written language but also enables them to use it meaningfully, developing critical and analytical skills.

KEYWORDS: Literacy and Literacy. Early education. Early childhood education.

1 | INTRODUÇÃO

Os conceitos de letramento e alfabetização muitas vezes se entrelaçam e confundem, gerando uma epistemologia que envolve concepções equivocadas e resulta em distintas entre esses dois processos.

Nas últimas décadas, o conceito de alfabetização tem passado por mudanças centenárias. Durante muito tempo, considerou-se que uma pessoa estava alfabetizada quando possuía a capacidade básica de ler e escrever, mesmo que em um nível rudimentar. Dessa forma, a alfabetização era compreendida como o ato ou processo de tornar-se um indivíduo alfabetizado, permitindo-lhe utilizar a habilidade de ler e escrever, decodificar e codificar letras, palavras e textos.

A alfabetização e o letramento são etapas cruciais na formação educacional das crianças, pois são essas fases iniciais que elas são escritas ao mundo da leitura e da escrita. No entanto, diversos estudos têm apontado que muitos estudantes enfrentam dificuldades nesse processo, o que acarreta consequências negativas para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Além disso, é importante ressaltar que a alfabetização e o letramento não se limitam apenas à aquisição das habilidades básicas de ler e escrever. O letramento vai além da decodificação de letras e palavras, abrangendo o desenvolvimento das capacidades de compreensão, interpretação e produção de textos, bem como o domínio das práticas sociais relacionadas à leitura e escrita.

O modelo educacional atualmente enfrenta grandes desafios quanto à eficácia do ensino, instigando o professor a sair da sua zona de conforto e encontrar caminhos para um bom desenvolvimento leitor e interpretativo dos alunos. Partindo do princípio que, os anos

iniciais do Ensino Fundamental é um dos momentos mais relevante para o desenvolvimento e aprendizado dessas habilidades de leitura.

O estudo tem como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica sobre alfabetização e letramentos nos anos iniciais do ensino fundamental. E como objetivo específico: descrever de forma breve o histórico da educação infantil; ponderar sobre a diferença entre alfabetização e letramento e analisar sobre a alfabetização e o letramento na sala de aula.

Diante do exposto, o estudo justifica-se compreender os desafios e as problemáticas que envolvem a alfabetização e o letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental torna-se essencial para a busca de estratégias pedagógicas mais eficientes e inclusivas. Essas estratégias devem considerar as particularidades e necessidades individuais de cada aluno, visando promover um aprendizado significativo e o pleno desenvolvimento de suas habilidades linguísticas.

2 | METODOLOGIA

Através de uma revisão bibliográfica, a análise e dedução do conhecimento construído sobre um determinado tema parte de uma questão central de pesquisa e procura reconhecer estudos que, a partir de fontes primárias, atendam à questão posicionada pelo pesquisador (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Este trabalho utiliza métodos científicos para interpretar melhor o tema. A investigação bibliográfica é indispensável e será mais importante na medida em que fornece suporte fático para a análise do tema proposto. Serão realizados vários procedimentos metodológicos, a partir da pesquisa bibliográfica (GIL, 2017).

A estrutura metodológica geralmente descreve quais métodos serão usados para conduzir o estudo, incluindo o tipo de estudo e como ele é conduzido. A pesquisa qualitativa tem como foco a construção teórica e a discussão de questões atuais relacionadas ao tema. Isso não inclui coleta de dados ou pesquisa de campo. Essa direção científica contribui para o desenvolvimento de pesquisas futuras e em andamento relacionadas a esse tema. Além disso, a pesquisa qualitativa aborda fontes bibliográficas e bibliográficas. (ANDRADE, 2017).

O presente estudo adotará uma abordagem de revisão bibliográfica, a fim de realizar uma análise crítica e sistemática das principais publicações acadêmicas e científicas relacionadas ao tema da alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa metodologia permite reunir e analisar as informações disponíveis, proporcionando uma visão abrangente sobre o assunto.

Para a seleção dos materiais a serem analisados, serão consultadas bases de dados acadêmicos e bibliotecas virtuais, utilizando palavras-chave como “alfabetização”, “letramento”, “anos iniciais”, “ensino fundamental”, entre outras. Serão considerados artigos

científicos, dissertações, teses e livros que apresentem estudos e reflexões relevantes sobre o tema.

Após a seleção dos materiais, será realizada uma leitura atenta e crítica dos textos, buscando identificar as principais abordagens teóricas, conceitos, métodos e resultados encontrados nas pesquisas. Será feita uma análise comparativa dos estudos, identificando convergências, divergências e lacunas existentes na literatura. Os resultados serão organizados e apresentados de forma clara e objetiva, utilizando-se recursos como tabelas, gráficos e sínteses descritivas para uma melhor compreensão dos dados.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

3.1 Educação infantil: breve histórico

A educação infantil, também conhecida como educação infantil, passou por muitas transformações ao longo da história. Somente com as mudanças sociais e econômicas dos séculos 18 e 19 começaram os cuidados especializados para crianças de 0 a 6 anos (SANTI, 2014).

A educação infantil tem um significado muito amplo, que inclui a educação integral da criança na família comunidade, sociedade e cultura em que vive. As instituições de ensino emergiram durante a primeira metade do século XIX em muitos países do continente europeu, o que implicou o desenvolvimento da industrialização e da urbanização (DE MORAIS, 2020).

Com o advento da revolução industrial e a substituição das ferramentas de trabalho pelas máquinas tornou-se necessário integrar meninas e crianças ao trabalho fabril, esse movimento teve um enorme impacto na sociedade da época subjugando toda a classe trabalhadora. para o regime de fábricas e máquinas (SANTI, 2014).

Essas mudanças, com as quais a revolução chegou à Europa, permitiram que as meninas entrassem em grande número no mercado de trabalho. Com isso, a forma de tratar e criar a família mudou. Com as fábricas operando o mais brevemente possível, com algumas meninas entrando no mercado de trabalho, com dupla jornada e a crescente participação dos pais no trabalho fabril, havia a necessidade de deixar as crianças aos cuidados de um adulto, a partir daquele momento necessidade que surgiu primeiras organizações não educacionais (SANTI, 2014).

As organizações adotaram atividades de canto e memorização realizadas pelas meninas em suas casas. Esses ambientes onde as crianças eram abusadas, então essa violência era aceita para manter as crianças quietos, porque a preocupação das famílias era sobreviver. A cada dia que atravessava com as famílias trabalhadoras, mais e mais crianças eram vistas nas ruas e necessitadas de cuidados. Assim emergiram primeiras instituições na Europa e nos Estados Unidos (SARMENTO, 2015).

O objetivo dessas instituições era tratar, limpar, nutrir e ajudar as famílias. A partir

da segunda metade do século XIX, emergiram os primeiros pátios de infância, abrigos e abrigos. No Brasil, na década de 1970, com o aumento das fábricas, um movimento de meninas começou a batalhar pelas creches, locais de cunho assistencialista, com a finalidade de ajudar as meninas trabalhadoras (SARMENTO, 2015).

A ideia de infância é uma ideia moderna. Remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante grande parte da Idade Média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial. [...] Daí que, paradoxalmente, apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância. (SARMENTO, 2015, p. 3).

Foi somente em 1988 na constituição Federal que a criança trespassou a ter direito à educação foi a partir deste momento que a visão da criança modificou, a educação deixou de ser social e trespassou a ter personalidade educativo. No ano de 1990, com o Estatuto da Infância e Adolescência do ECA, lei Federal 8.069/90, que reconheceu a criança como pessoa jurídica, foi apenas na década de 90 que a educação começou a ser aceita como primeiro período da fundação educacional (BRASIL, 1996).

A educação pré-escolar trespassou a ser responsabilidade dos municípios e foi ejetada em duas modalidades: creches e pátios de infância. A creche atende crianças de 0 a 3 anos e pré-escolares de 4 a 5 anos. O vocábulo creche está relacionado a uma educação em tempo integral em que são atendidas crianças de 0 a 3 anos, é um espaço onde a criança recebe assistência física e pedagógica (SARMENTO, 2015).

O jardim de infância é a tempo parcial, semelhante à escola. A educação é obrigatória, não possui um currículo formal e desde 1988 é baseada no Ponto Curricular Nacional da educação Infantil. O Currículo Nacional da educação Infantil é um conjunto de reflexões sobre capacidades e objetivos a serem encostados na educação infantil. É isso que traz a diversidade cultural. As Diretrizes Curriculares Nacionais e a LDB estão mais próximos da prática escolar (BRASIL, 1996).

A escola é o ambiente onde as crianças progredem diariamente, aprendem sobre si mesmas e entram em contato com os outros. Desde os primeiros anos, os alunos aprendem muito mais do que conteúdo disciplinar (BRASIL, 1996).

Os professores e os métodos de ensino desempenham um papel importante na transmutação dos alunos em cidadãos éticos. criticar e refletir. Para nortear esse trabalho de grande importância para a sociedade o RCN foi suplantado pela linha de base Habitual Curricular Nacional, que abrange toda a educação básica. A BNCC define as aptidões que os alunos precisam progredir em cada etapa de sua formação. A Base que funciona desde 2018, recomenda que as crianças se tornem heróis de sua própria aprendizagem, onde cada vez mais têm voz e participação no processo de aprendizagem (BRASIL, 1996).

3.2 A educação como direito na primeira infância: marco legal

De acordo com a lei de Diretrizes e princípios da educação Nacional, 93.94/96 (LDBEN), a educação infantil é o primeiro nível da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral das crianças até os seis anos de idade em suas condições físicas, psicológicas e intelectuais. e desenvolvimento social (BRASIL, 2016).

No Brasil, a educação infantil é caracterizada por instrumentos legais sobre educação, um dos quais é a constituição Federal brasileira de 1988, que admite o direito das crianças à educação básica de 0 a 6 anos de idade. Sendo a educação um direito de todos, cabe aos municípios e estados a licitação de educação básica de qualidade, que se inicializa aos 4 (quatro) anos na primeira infância e chega ao ensino médio aos 17 (dezesete) anos (BRASIL, 2018).

A lei de Diretrizes e Fundamentos da educação Nacional (LDB) - lei 9.394/1996, que contribui a implantação e regulamentação de creches e hortos de infância, começa por designar a educação infantil como o primeiro nível da educação básica. O conceito atual de criança também está refletido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil (DCNEI/2010), que define a criança como sujeito histórico de direito. De acordo com as DCNEI, a criança tem direito a ser cuidada, tem direito à saúde ao atendimento médico, ao brincar, a ser cuidada por profissionais modificados na primeira infância e ter precedência políticas públicas (BRASIL, 2016).

Essas são algumas das linhas que tecem o arcabouço legal da primeira infância, mas nem sempre foi assim, em meados da década de 1970 (70), quase não havia termos legais de legislação para garantir a oferta desse nível de ensino. Somente na década de 1970 (anos 70) é que diferentes setores da sociedade como organizações não governamentais, pesquisadores da infância e da população se uniram para batalhar pelo direito das crianças a uma educação de qualidade desde o nascimento (BRASIL, 2016).

Em 1988, a constituição Federal definiu o direito da criança à educação. Dois anos após esse consentimento, aplica-se a lei da Infância e Juventude 8.0669/90, artigo 227 da constituição Federal, que reconhece a criança como pessoa jurídica. A partir dessa constituição, o Ministério da educação publicou uma sequência de documentos intitulados Política Nacional de Educação Infantil, documentos que estabelecem diretrizes para recursos educacionais e humanos com o objetivo de instigar a licitação de vagas e aprimorar a qualidade do ensino (BRASIL, 2018).

Um dos marcos mais significantes que o sistema de ensino teve é a lei Nacional de Políticas e bases da educação de 1996 (LDB), que traz as estruturas escalonadas de nível escolar que definiram a educação infantil como a primeiro período da educação básica. A educação básica está repartida em Quintal de Infância dos 4 aos 5 anos, Primário 1 dos 6 aos 11 anos, Primário 2 dos 11 aos 14 anos e Secundário dos 15 aos 17 anos (BRASIL, 2016).

3.3 Políticas públicas e qualidade na educação

Atualmente a educação pública tem referenciais de qualidade baseados em uma perspectiva voltada para políticas educacionais capitalistas espelhadas nas configurações econômicas nacionais. O conceito de qualidade da educação se insere no campo econômico englobado nas formas de produção e distribuição dos bens materiais criados na sociedade em lugares e eras históricas em que os problemas sociais eram direcionados às sociedades capitalistas (SILVA, 2019).

Assim, segundo o autor o conceito de qualidade da educação intercedida surge como um produto e avaliado quantitativamente com o objetivo de imprimir a eficiência e o desempenho do Estado. Sob o atual projeto neoliberal, as organizações multilaterais procuraram primeiramente promover novas formas de gestão da produção de empregos escolares por meio dos mecanismos de educação e valorização escolar, currículo, treinamento, financiamento e gestão. Contudo, explicitaram com clareza o papel da educação em termos de geração de capital social para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a educação pode conceder para reduzir a exclusão, a segregação e a marginalização social das populações pobres (SILVA, 2019).

A avaliação educacional sustenta uma relação com o conceito de qualidade na educação seja qual for o produto de avaliação, estudantes, currículo, profissionais, instituições, planos, políticas, entre outros, o esboço adotado em sua implementação e sua utilização. o trabalho educacional e social que tem (DE MORAIS, 2020).

A qualidade surge como uma forma de competição, responsabilizando as escolas e, em particular, os docentes pelos resultados da avaliação, relacionando-os à obtenção ou não de incentivos, o pressuposto de que avaliação resulta em competição e competição gera característica., tornou-se um instrumento de controle escolar. trabalhar e reforçar a meritocracia (DE MORAIS, 2020).

Em meados da década de 1970, emergir concepções de qualidade atrelados ao crescimento do país em que a educação estava atrelada à capacidade dos pobres de amplificar sua produtividade, que trespassou a ser vista como a principal estratégia para assegurar-se a distribuição dos benefícios do desenvolvimento livrando a responsabilidade para o Estado, de acordo com a capacidade dos pobres (SOUSA, 2014).

Brasil (1993) colocava como resposta para queda enorme na qualidade da educação, nos quais as taxas de reprovação na América Latina se encontravam entre as mais elevadas do mundo e se concentram nas primeiras séries, pois metade das crianças escolarizadas abandonaram a escola antes de finalizar a educação primária, uma educação com plano para produtividade para a face das expectativas da sociedade, colocando uma ideia de educação frente às demandas do mercado de trabalho (DE MORAIS, 2020).

LDB n. Nº 9.394 de dezembro de 1996 destacou o atendimento às necessidades do mundo contemporâneo, interpretando-o como qualidade, em que exige o Estado da

responsabilidade de mudanças essenciais na educação despachando para o mercado os conceitos de cidadania produtiva, qualidade adequada e o aluno como consumidor (DA COSTA SPERANDIO, 2017).

No início da década de 1990, foram deferidas as diretrizes de profissionalização, que prevejam um sistema de avaliação segundo critérios internacionais de desempenho escolar, com propostas para melhorar os níveis de qualidade integral da aprendizagem definindo os conteúdos e técnicas de ensino e a organização essencial para esta qualidade (DA COSTA SPERANDIO, 2017).

O termo “qualidade” tem diferentes significados com base nas atitudes, valores e experiências daqueles que o definem. Isso torna a palavra difícil de entender e difícil de explicar por conta própria. As pessoas usam a palavra qualidade para descrever coisas diferentes, como produtos, práticas de negócios e padrões acadêmicos. Para conseguir isso, as pessoas comparam a qualidade “de mercado” com a qualidade “referenciada socialmente”

Como parte de seus estudos, os alunos devem decidir qual significado preferem ao criar seus padrões educacionais. Alguns optam por medir a qualidade da escola com base em princípios financeiros e de negócios. Outros optam por medi-lo com base em princípios sociais e valores aprendidos na escola. Para entender qual padrão os alunos preferem, o estudo se concentra em como esses dois significados se relacionam (LANDIN, 2015).

A qualidade é mantida pela segunda lógica, em comparação com a primeira que faz referência a algo subjetivo. Isso porque é baseado em uma análise de contextos sociais, bem como econômicos, políticos e culturais. Um senso de qualidade é alcançado através da criação de feedback entre a democratização e a qualidade da educação (LANDIN, 2015).

A educação requer o desenvolvimento de características acadêmicas, profissionais e pessoais. Isso ajuda os alunos a entender o mundo ao seu redor e a se relacionar com seus semelhantes, bem como com a natureza. Eles também ajudam a moldar suas ideias sobre educação, o mundo e sobre si mesmos

A qualidade na educação busca construir a emancipação dos sujeitos sociais por meio da formação de indivíduos inteligentes, capazes e que saibam interagir com o mundo que os cerca. A educação escolar é crucial para mudar o mundo real e não manter seu status quo. Compreender a escola como uma ferramenta educacional para a mudança social permite reconhecê-la como um sistema educacional emancipatório

Uma educação de alta qualidade requer uma combinação de requisitos intra e extraescolares. Esses requisitos garantem que as políticas e ações educacionais estejam em conformidade com a garantia de um padrão de qualidade. Eles consideram as implicações das expectativas sociais dos alunos, processos de gestão, currículos, treinamento, pedagogia, participação, avaliação e sucesso acadêmico. Além disso, esses requisitos impactam os processos organizacionais e de gestão da escola (DA COSTA SPERANDIO, 2017).

A educação deve servir ao propósito de formar cidadãos. Portanto, todos os aspectos da educação devem ser focados neste fim. É por isso que o Brasil precisa de um Pacto Nacional pela Qualidade da Educação Básica para garantir que todas as áreas do poder público tenham propósitos e responsabilidades harmônicos. Além disso, o Brasil precisa de Políticas Públicas de Inclusão Digital que deem conta da importância da informática em nossa sociedade moderna (SILVA, 2019).

Também devem focar na valorização dos professores por meio de planos de carreira e pisos salariais compatíveis com sua importante prioridade. Um sistema democrático de gestão escolar também é necessário para promover a participação cidadã em todas as tomadas de decisão na escola. Isso também inclui incentivar a participação externa da comunidade e criar um projeto político-pedagógico que amplie a jornada escolar. É por isso que a Escola de Tempo Integral é a modalidade de ensino mais vantajosa no Brasil e entre os países desenvolvidos ao redor do mundo (SILVA, 2019).

3.4 Diferenças entre alfabetização e letramento

O modelo educacional enfrenta hoje grandes desafios quanto à eficácia do ensino, instando os professores a retirar-se de sua zona de conforto e procurar caminhos para uma boa leitura e desenvolvimento interpretativo dos alunos. Diga-se que o ensino fundamental é um dos momentos mais importantes para desenvolver e aprender essas habilidades de leitura (SOARES, 2022).

Assim, a leitura consiste em um conjunto de habilidades e comportamentos, que vão desde a decodificação de sílabas ou palavras até a leitura de um livro, assim como a escrita envolve habilidades e comportamentos que vão desde o próprio nome até uma dissertação (IGLESIAS, 2020).

A diferença entre alfabetização e letramento tem sido objeto de discussão e reflexão no campo da educação. Embora esses termos estejam relacionados ao processo de aquisição da leitura e da escrita, cada um possui características e abordagens distintas (IGLESIAS, 2020).

A alfabetização refere-se ao aprendizado das habilidades básicas de ler e escrever, ou seja, é o domínio do código alfabético e das relações entre sons e letras. Tradicionalmente, a alfabetização era vista como um processo focado na decodificação e no incentivo de letras, palavras e textos. Nesse sentido, considerava-se que uma pessoa estava alfabetizada quando possuía a capacidade de ler e escrever, mesmo que em um nível rudimentar (BOAVENTURA; DA SILVA FONSECA, 2021).

Já o letramento vai além da simples aquisição das habilidades básicas. Ele engloba o desenvolvimento das habilidades de compreensão, interpretação e produção de textos, bem como a compreensão das práticas sociais envolvidas na leitura e escrita. O letramento envolve a capacidade de utilizar a linguagem escrita de maneira significativa e contextualizada, inserindo-se em diferentes situações comunicativas. Dessa forma,

uma pessoa letrada não apenas decodifica letras e palavras, mas também compreende, interpreta e produz textos de forma crítica e reflexiva (SOARES, 2022).

Assim, enquanto a alfabetização concentra-se no aprendizado das habilidades básicas de ler e escrever, o letramento abrange um conjunto mais amplo de habilidades e práticas sociais relacionadas à linguagem escrita. Ambos os processos são interdependentes e complementares, pois a alfabetização é um passo fundamental para o desenvolvimento do letramento. No entanto, é importante reconhecer que o letramento vai além da mera decodificação, buscando formar sujeitos capazes de utilizar a leitura da escrita de maneira crítica, reflexiva e participativa na sociedade (BOAVENTURA; DA SILVA FONSECA, 2021).

A distinção entre alfabetização e letramento é estabelecida considerando que a alfabetização se concentra no processo de aprendizagem dos diferentes métodos de escrita e na aquisição da habilidade de escrever pelo sujeito. Por outro lado, o letramento é compreendido como o processo em que o indivíduo é ativo, desenvolvendo suas habilidades de leitura e escrita de forma mais aprimorada ou, pelo menos, com facilidade significativa (SOARES, 2022).

Reconhece-se que ser alfabetizado, ou seja, saber ler e escrever, tem se mostrado insuficiente para atender plenamente às demandas sociais da pós-modernidade. É necessário ter a capacidade de compreender o significado e o uso das palavras em diferentes contextos. Dessa forma, na sociedade do conhecimento, para ser considerado letrado, é necessário compreender os significados e os usos das palavras em diversas situações (IGLESIAS, 2020).

Essa distinção destacou a importância não apenas da habilidade de decodificar letras e palavras, mas também da compreensão e da capacidade de aplicar a linguagem escrita em diferentes contextos sociais. Ser letrado implica em ser capaz de compreender, interpretar e comunicar-se de maneira efetiva por meio da leitura e escrita, adaptando-se às diversas demandas e necessidades da sociedade contemporânea (SOARES, 2022).

3.5 A alfabetização e o letramento na sala de aula

O alfabetismo no ambiente escolar é fundamental para que a criança desenvolva outras aptidões adequadas às suas necessidades e por meio do aprendizado da leitura escrita e interpretação, o aluno deverá ser capaz de compreender os assuntos que lhe são apresentados compreender e também adquirir a competência necessária para escrever sua próprios textos e organizar ideias. Não é só escrever mas também saber como adaptar sua escrita ao objetivo e ao tópico pretendidos (DE SILVA SANTOS; DE AZEVEDO, 2022).

Os educadores têm o poder de impactar significativamente o progresso e o desenvolvimento social de seus alunos, observando como a alfabetização e a alfabetização são integradas aos contextos de sala de aula. O envolvimento confiante com a leitura e a escrita é fundamental para o sucesso acadêmico e, portanto, deve ser enfatizado pelos educadores.

Na sala de aula, o ensino da alfabetização gira em torno da transmissão de habilidades básicas, como compreensão de texto, reconhecimento de letras, formação de palavras e decodificação. Esta fase é crucial para que os alunos alcancem o domínio do sistema alfabético, aprimorando suas habilidades de leitura e escrita. O papel do professor é fundamental para atender às necessidades exclusivas de seus alunos, implementando métodos qualificados para desenvolver gradualmente seus conhecimentos de alfabetização.

Há mais na alfabetização em sala de aula do que apenas decifrar palavras. Você também deve compreender o texto, interpretar o significado e criar seu próprio material. Os educadores orientam as crianças a pensar analiticamente, serem autocríticas e participarem ativamente do processo de leitura e escrita. Eles também estão ensinando a aplicação prática de conceitos literários, para que os alunos possam usar a linguagem de forma adequada e objetiva (DE SILVA SANTOS; DE AZEVEDO, 2022).

Portanto, se quisermos equipar adequadamente os alunos com a capacidade de ler e escrever com proficiência, é essencial integrar a alfabetização no cotidiano escolar. Isso ajudará os alunos não apenas a compreender a linguagem escrita, mas a usá-la para fins significativos, como ser crítico e analítico. Os educadores estão na vanguarda desse movimento, eles devem adotar estratégias de ensino eficazes enquanto oferecem orientação personalizada, inspirando o envolvimento do aluno e construindo uma atmosfera adequada para aprimorar a competência de alfabetização.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desta revisão bibliográfica sobre alfabetização e letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental, foi possível obter uma visão ampla e aprofundada sobre o tema.

O objetivo geral deste estudo foi alcançado ao analisar criticamente as principais publicações acadêmicas e científicas disponíveis, permitindo uma compreensão mais abrangente desses processos educacionais. Através do aprendizado da leitura, escrita e interpretação, os alunos são capazes de compreender os assuntos apresentados, adquirir habilidades para escrever seus próprios textos e organizar ideias.

Os responsáveis desempenham um papel crucial no progresso e desenvolvimento social dos alunos, integrando a alfabetização aos contextos da sala de aula. O envolvimento confiante com a leitura e a escrita é essencial para o sucesso acadêmico e deve ser enfatizado pelos educadores.

Portanto, para capacitar os alunos a ler e escrever com proficiência, é essencial integrar a alfabetização no dia a dia escolar. Isso não apenas ajuda os alunos a compreenderem a linguagem escrita, mas também a utilizá-la de forma significativa, desenvolvendo habilidades críticas e analíticas.

Os cuidadores desempenham um papel central nesse processo, adotando estratégias

de ensino eficaz, oferecendo orientação personalizada, inspirando o envolvimento dos alunos e criando uma atmosfera propícia para o aprimoramento da competência em alfabetização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

BOAVENTURA, Natália; DA SILVA FONSECA, Neusa Esméria. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Scientia Generalis**, v. 2, n. Supl. 1, p. 10-10, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Educação é a base**. Brasília, MEC, CONSED, UNDIME, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Câmara de Educação Básica**. Parecer n. 04/98, de 29 de janeiro de 1998. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental. Relatora Conselheira: Regina Alcântara de Assis. Diário Oficial da União, Brasília, p.31, 15 abr. 1998.

BRASIL. Estatuto da Infância e Adolescência do ECA, Lei Federal 8.069/90. Brasília, 1996.

CRUZ, Caline Cristiny Cavalcante da. **O brincar no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2021.4

DA COSTA SPERANDIO, Maria Regina et al. O Ensino de Ciências por Investigação no processo de alfabetização e letramento de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. **Experiências em ensino de Ciências**, v. 12, n. 4, p. 1-17, 2017.

DA SILVA SANTOS, Deisiana Barros Raimundo; DE AZEVEDO, Damião Carlos Freires. Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública Municipal de Sítio Novo/RN/ Literacy and literacy in the early years of elementary school in the Municipal public network of Sítio Novo/RN. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 7405-7434, 2022.

DE MORAIS, Artur Gomes. Alfabetização e letramento na BNCC: problemas conceituais, lacunas e inadequações no que é prescrito para os dois anos iniciais do ensino fundamental. **[TESTE] Debates em Educação**, v. 12, n. Esp, p. 01-16, 2020.

GALVÃO, MCB; RICARTE, ILM. **Revisão sistemática da literatura**: conceituação, produção e publicação. Logeion 2019.

GIL C.A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

IGLESIAS, Karen Soares et al. **Tecnologias digitais nas práticas pedagógicas de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**: quais contribuições? Quais desafios?. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Panorama da mineração em Minas Gerais**. Brasília, 2016.

LANDIN, Rita de Cassia de Souza. **Softwares educativos no contexto da alfabetização e do letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2015.

SANTI, Paula Aparecida. **Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Uma agenda crítica para os estudos da criança**. 2015.

SILVA, A.S.B. **O processo de aprendizagem da língua estrangeira nos anos iniciais do ensino fundamental i: uma revisão bibliográfica**. Natal- RN. 2019.

SOARES, Danaise Vieira et al. **O processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental: contribuições do alfalettar**. 2022.